

RODÍZIO DE AUDITORES E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

ANTONIO LOPO MARTINEZ
FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS

GRACIELA MENDES RIBEIRO REIS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA BAHIA

Resumo: O principal objetivo da implantação do rodízio de auditores independentes foi a preservação da independência do auditor externo, e a consequente diminuição das fraudes e dos erros contábeis. Para investigar se o procedimento foi eficaz, desenvolveram-se neste artigo diversos testes e análises voltados para as companhias abertas brasileiras, no período entre 1997 a 2007. Utilizando o AWCA – *Abnormal Working Capital Accruals* de DeFond&Park (2001) e informações referentes aos auditores independentes coletadas no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foram analisados os efeitos no gerenciamento de resultados da troca de empresa de auditoria, enfocando-se, principalmente, o motivo da troca (rodízio obrigatório da CVM ou troca espontânea), classificação da empresa de auditoria em *Big Four* (PwC, DTT, E&Y e KPMG) e o tempo de relacionamento (*audit tenure*). De acordo com os resultados, com ou sem rodízio de auditores independentes, a proxy de gerenciamento de resultados não apresentam diferenças significativas. Entretanto, o gerenciamento de resultados das empresas auditadas por *Big Four* é significativamente menor. Vale salientar que essas empresas de auditoria classificadas como as *Big Four* possuem práticas de rodízio de profissionais das equipes formalizadas em suas regras internas.

PALAVRAS-CHAVE: Rodízio de auditores. Auditor Independente. Gerenciamento de resultados.

1 INTRODUÇÃO

O artigo 31 da Instrução CVM nº 308 estabeleceu que o auditor independente não pode prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para sua recontração. Segundo a CVM, tal regra foi estabelecida para evitar que o relacionamento prolongado entre o auditor e a entidade auditada possa diminuir a independência e objetividade na execução dos trabalhos.

A controvérsia em torno do rodízio obrigatório das firmas de auditoria se fundamenta na dúvida se a independência das firmas de auditoria é negativamente influenciada pelas relações de longo prazo com o cliente e o desejo de manter o cliente. Outra preocupação remete-se à potencialidade de os benefícios da obrigatoriedade do rodízio superarem os respectivos custos e a perda de conhecimentos específicos obtidos pela firma de auditoria através de anos de experiência auditando o mesmo cliente.

Almejando colaborar para resolver o problema apresentado, serão investigadas como o rodízio impactou a qualidade da informação contábil disponibilizada ao mercado? A adoção do

rodízio de empresas de auditoria no Brasil teve como prioridade a preservação da independência e ética do auditor na condução dos seus trabalhos, através principalmente da quebra do relacionamento prolongado das empresas de auditoria com as empresas auditadas. Com base no exposto, o presente trabalho tem a seguinte questão que incentiva a pesquisa: **O rodízio de auditores independentes apresenta impacto ou não no gerenciamento de resultados das empresas?**

Em função da carência de estudos científicos nas áreas de independência e ética no contexto da auditoria independente, este artigo representa um esforço de avaliar esse problema em conjunto com a relação prolongada do auditor independente com a empresa auditada. Adicionalmente, ressalta-se que o intuito de verificar e analisar assuntos relacionados ao rodízio das empresas de auditoria independente e do gerenciamento de resultado, traduz-se em propósito que visa cooperar para o progresso da Ciência Contábil, uma vez que procura contribuir para o entendimento da pesquisa dessa correlação, justificando, portanto, a realização deste trabalho.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: nas seções 2 e 3 faz-se uma breve revisão da literatura sobre A Auditoria Independente e o Rodízio de Empresas de Auditoria, e o Gerenciamento de Resultados, respectivamente; os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa estão apresentados na seção 4; as análises e resultados da pesquisa estão demonstrados na seção 5; e na seção 6 está apresentada às considerações finais sobre a pesquisa.

2 A AUDITORIA E O RODÍZIO DE EMPRESAS DE AUDITORIA

Segundo Becker *et al* (1998), a auditoria reduz as assimetrias de informação existentes entre os gestores e os demais interessados na empresa, possibilitando que os que se encontram externos aos limites da empresa acreditem nas demonstrações financeiras. Para Boynton, Johnson e Kell (2002), “Acionistas recorrem a demonstrações contábeis auditadas para ter segurança de que a administração está se desincumbindo adequadamente de sua responsabilidade de condução da companhia”.

Com o surgimento das grandes e modernas organizações corporativas, vieram à necessidade de separação entre o controle acionário (proprietários) e os gestores executivos, surgindo também os denominados conflitos de agência, que decorrem da perda de alinhamento entre os interesses dos detentores do capital social e dos agentes gestores que são contratados para administrar a empresa (Fama e Jensen, 1983). Em função desses conflitos de interesses mencionados, as corporações passaram a incorrer em custos de agência, sendo que a auditoria independente é percebida como um dos principais mecanismos de redução desses custos (Jensen e Meckling, 1976).

Segundo Boynton, Johnson, Kell (2002), a independência é o alicerce da estrutura filosófica da profissão de auditoria. As opiniões dos auditores independentes terão pouca importância e qualidade para os terceiros que desejarem confiar nos resultados dos pareceres de auditoria, caso os mesmos não sejam e demonstrem serem além de competentes, independentes e imparciais no seu julgamento da expressão da opinião.

Conforme salienta Costa e Azevedo (2008), os defensores da rotatividade obrigatória de firmas de auditoria argumentam que longos mandatos levam a uma maior intimidade com o cliente, reduzindo a independência.

Para os órgãos reguladores da profissão contábil a troca da empresa de auditoria periodicamente assegura aos auditores independentes maiores incentivos a não ceder às pressões

dos gestores, através da manutenção do "compromisso e comprometimento" dos auditores com a independência e ética na execução dos trabalhos de auditoria.

Em contra posição ao pensamento dos órgãos reguladores, os auditores independentes consubstanciam que com relação à manutenção da independência da equipe de auditoria, após um período de longo relacionamento da empresa de auditoria com a empresa auditada, esse fato está salvaguardado pelo rodízio interno dos profissionais líderes dos auditores que são realizados no atendimento dos projetos de auditoria, dentro de uma mesma empresa de auditoria. Já com relação à qualidade da auditoria, os auditores independentes demonstram que essa não decorre unicamente da independência, pois o conhecimento acumulado do segmento da empresa auditada e também das informações específicas do negócio da empresa auditada são fundamentais para a melhor avaliação e definição dos riscos de auditoria que baseiam toda a abordagem desenhada para o endereçamento dos procedimentos obrigatórios de auditoria, conforme determinação das normas e procedimentos legais de auditoria.

De acordo com o mencionado por Costa e Azevedo (2008), os opositores do rodízio periódico defendem que a qualidade da auditoria não é apenas decorrente da independência, teoricamente aumentada pela troca da empresa de auditoria, mas envolve outros fatores como o conhecimento específico sobre o cliente, diminuído na mudança.

Desde a promulgação da Lei Sarbanes-Oxley nos Estados Unidos, que abrangeu todas as empresas que possuem ações negociadas nas bolsas de valores americanas, foi determinado à obrigatoriedade da rotação de sócios e de sócios revisores das empresas de capital aberto a cada cinco anos. Vale salientar que alguns países já adotavam similar procedimento de rotação dos profissionais da equipe de auditoria mesmo antes da determinação estabelecida da Lei Sarbanes-Oxley, como o estabelecido no Código Comercial Alemão que requer que as companhias listadas em bolsas façam a rotação dos seus sócios de auditoria depois do período de sete anos.

Outros países, como a Áustria, a Grécia e a Itália, também seguem o rodízio das empresas de auditoria. No caso italiano, ele foi determinado por uma Lei promulgada em 1974, e que requer o rodízio de firmas a cada nove anos para as companhias listadas em bolsa de valores.

A discussão sobre o rodízio de empresas de auditoria nos Estados Unidos existe desde antes da promulgação da Lei Sarbanes-Oxley, que apesar de não legitimar o procedimento mencionado, em sua seção 207 determinou na época da sua divulgação um estudo minucioso ao GAO – General Accounting Office sobre os potenciais efeitos da troca das empresas de auditoria para o mercado de capitais.

Um dos principais e mais vantajosos benefícios associados ao rodízio de empresas de auditoria é a possibilidade de prevenir a hipótese da existência do "compromisso e comprometimento" dos auditores independentes com seus clientes, empresas auditadas. A alegação dos defensores da troca das empresas de auditoria por um período determinado é de que os relacionamentos prolongados entre os auditores independentes e as empresas auditadas geram relações muito estreitas, que ocasionam resultados de auditorias viciados, ou seja não tão críticos quanto requeridos pela independência e a qualidade esperados pelo mercado de capitais com relação aos trabalhos executados pelas empresas de auditoria.

A pressuposição da troca da empresa de auditoria periodicamente, estabelecendo um limite máximo de anos para o tempo de relacionamento entre o auditor independente e a empresa auditada, teoricamente definiria que os auditores independentes teriam maior estímulo a resistir às pressões dos executivos, pois dessa forma a relação não ficaria viciada, e a troca de empresas

de auditoria por um período determinado asseguraria "olhos céticos na busca pela veracidade das demonstrações financeiras".

Na história também não muito distante do Brasil, verificamos episódios de incorreções e falta de consistências na divulgação e publicação das demonstrações financeiras auditadas, tais como os escândalos envolvendo os conglomerados financeiros brasileiros Banco Econômico e Banco Nacional, o que ocasionou um grande prejuízo ao mercado financeiro e aos diversos correntistas dessas instituições financeiras.

Após verificar que as instituições financeiras, anteriormente mencionadas, eram auditadas pela mesma empresa de auditoria a anos, e que esses auditores independentes não registravam as irregularidades apresentadas nos balanços desses bancos que foram liquidados, para minimizar os escândalos e dar uma rápida resposta à sociedade, o BACEN – Banco Central do Brasil emitiu em 1996 a Resolução no. 2267 exigindo o rodízio das firmas de auditoria a cada quatro anos.

Segundo Oliveira e Santos (2007) naquela oportunidade, o BACEN utilizou o rodízio de firmas de auditoria como uma resposta à sociedade, para mostrar que estava atento à fiscalização do mercado financeiro.

Seguindo a proposta do BACEN, em 1999, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (autarquia responsável pela regulamentação e monitoramento do mercado de capitais brasileiro) emitiu a Instrução CVM nº 308, que estabelece que todas as empresas sociedades anônimas de capital aberto, ou seja, que possuem ações negociadas no mercado de capitais brasileiro e são listadas em bolsa de valores, efetue a troca dos seus auditores independentes a cada cinco anos, a partir do exercício de 2004. A CVM adotou o rodízio porque acreditou que a prestação de serviços de auditoria para uma mesma companhia aberta, por um longo prazo, pode colocar em risco a qualidade deste serviço.

O trabalho de Assunção e Carrasco (2008), encomendado pela CVM, concluiu que o rodízio dos auditores é favorável ao mercado, partindo do princípio de que, após a mudança, os novos auditores tornam-se mais conservadores e aumentavam a probabilidade de emitir ressalvas. No momento o rodízio encontra-se suspenso, mas existe a possibilidade concreta do mesmo voltar a ser obrigatório no Brasil. Essa questão, indubitavelmente, ainda continua sendo um ponto aberto para discussão.

3 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E AUDITORIA

Pode-se interpretar o ato ou efeito de gerenciar os resultados contábeis (*earnings management*) como o processo de tomada de decisões exercidas pela administração, que ocorrem dentro das flexibilizações e limitações impostas pelas normas e práticas contábeis, para demonstrar o quanto se objetiva alcançar de resultado. O declínio na independência e ética da auditoria pode ser revelado examinando-se a maior flexibilidade permitida pelas empresas de auditoria independente, através do exame do valor absoluto das acumulações discricionárias ao longo do tempo.

Para Martinez (2001), nas operações usuais da empresa, espera-se que, com certa frequência, sejam feitos lançamentos que terão a natureza de acumulações (*accruals*). Isso ocorre em função do princípio da competência. O volume de acumulações no resultado dependerá, muitas vezes, da natureza do negócio e de certas estimativas e avaliações que os gestores realizem.

Segundo o renomado pesquisador Paulo (2007), para as pesquisas sobre gerenciamento de resultados baseados em *accruals*, devem-se separá-los em: **i. Discretionary accruals**: são artificiais e teriam como objetivo somente manipular o resultado contábil; e **ii. Non-discretionary accruals**: são inerentes às atividades da empresa.

Ao se constatar uma tendência crescente no valor absoluto de acumulações discricionárias, considera-se consistente a idéia que os auditores independentes permitem as empresas auditadas o exercício de uma maior flexibilidade contábil e, portanto, uma prática de acumulações discricionárias baseada no gerenciamento de resultados. Quando observa-se um declínio na valoração das acumulações discricionárias pelas empresas de auditoria independente indica as percepções do mercado de declínio na independência e ética da auditoria. Seleciona-se a valoração das acumulações discricionárias para estudar a qualidade da auditoria independente porque ao contrário de outros componentes do resultado, as acumulações discricionárias são mais subjetivas e refletem um grau mais elevado de julgamento gerencial.

A auditoria é uma atividade considerada fundamental no controle de monitoramento da gestão das empresas, sendo essa contratada pelos acionistas, objetivam reduzir os possíveis efeitos das práticas de *earnings management* realizadas pelos gestores, pois enquanto os administradores tentam se utilizar dos *accruals* discricionários para alterar os resultados que serão divulgados, as empresas de auditoria planejam os trabalhos para que estas tentativas dos gestores, normalmente relacionadas com as escolhas das decisões de práticas contábeis, sejam mitigadas.

Conforme mencionado por Nelson, Elliot e Tarpley (2002), os auditores independentes possuem grande importância para prevenir tais práticas, não só pelo conhecimento profundo que dominam sobre técnicas e práticas da contabilidade, mas também pelo acesso aos auditores internos e ao *board* que são responsáveis por examinar minuciosamente as decisões dos executivos.

Muitas pesquisas têm utilizado o nome da marca do auditor como proxy para qualidade da auditoria e examinado a associação entre marca e a qualidade dos resultados, dentre trabalhos dessa natureza, destaque-se o trabalho dos jovens pesquisadores brasileiros, Almeida e Almeida (2009). Alguns pesquisadores, tal como Beasley e Petroni (2001), têm levantado hipóteses, além do nome da marca, se a especialização do ramo da auditoria contribui positivamente para credibilidade oferecida pelo auditor.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Base de Dados

A composição da base de dados do estudo da pesquisa, foi efetuada das companhias abertas brasileiras com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, excluindo-se as instituições financeiras (bancos, seguradoras, previdências, etc...), para o período compreendido entre 1997 e 2007, utilizando-se o software Economática para relacionar as informações financeiras das empresas auditadas e a utilização do site da CVM para identificação dos dados das empresas de auditoria.

Foi realizado também uma análise descritiva e exploratória dos dados, utilizando distribuições de frequência e coeficientes estatísticos, representados através de gráficos e tabelas. Além disso, foi realizada uma modelagem para dados em painel devido à estrutura do banco de dados que possui dados temporais e *cross sections*.

Dentro do banco de dados foram verificadas 88 empresas com o período da análise da pesquisa completo, representando estas o tamanho da amostra final de 968 observações. Para manter o máximo de uniformidade e consistência da amostra analisada, todas as empresas sociedades anônimas de capital aberto que por qualquer motivo não possuíam informações financeiras ou dados sobre os auditores independentes para todo o período analisado da pesquisa (1997 a 2007) foram, essas empresas, desconsideradas da amostra em questão.

As variáveis contidas no banco de dados foram:

- Classificação das empresas de auditoria em *Big Four* e não *Big Four*, sendo consideradas como *Big Four* as empresas PwC, DTT, E&Y e KPMG;
- Troca da empresa de auditoria – identificação se houve troca ou não dos auditores independentes na empresa auditada;
- Motivo da troca da empresa de auditoria classificada em rodízio obrigatório ou rodízio espontâneo – o rodízio obrigatório é a mudança obrigatória da empresa de auditoria depois que a mesma permanece por um período de cinco anos consecutivos, de acordo com o estabelecido pela norma da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O rodízio espontâneo significa que houve a troca da empresa de auditoria com relação ao exercício anterior, sem que houvesse uma motivação regulatória, ou seja, a motivação foi espontânea;
- Tempo de relacionamento das empresas de auditoria – para representar este tempo foram numerados os anos consecutivos de tempo de auditoria pela mesma empresa de auditoria, considerando que 1997, sempre é o ano zero, baseado no ano de emissão do parecer de auditoria; e
- Tipo de parecer (sem ou com ressalva) – o tipo de parecer com ressalva significa que houve algum ponto de atenção observado pelo auditor durante o seu exame, que não foi ajustado pela administração das empresas nas demonstrações financeiras, que é relevante para ser explicitado no parecer, através da opinião de auditoria. Salienta-se que foi considerado para fins de classificação do tipo de parecer com ressalva, os pareceres do tipo com ressalva, adverso e negativa de opinião.

4.2 Proxy empírica de Gerenciamento de Resultados

Para análise do índice de gerenciamento de resultado, foi examinado os abnormal working capital accruals. Tal como DeFond e Park, 2001, define-se que os accruals do capital de giro são as trocas ocorridas com as contas de ativo do não circulante (WC). Accruals do capital de giro anormal (AWCA) é definido como a conta do ativo não circulante realizada no ano menos o coeficiente da conta do ativo não circulante do ano anterior pelas vendas ocorridas no ano anterior, e multiplicada pelas vendas do ano (Dechow and Kothari, 1998; e DeFond and Park, 2001). A seguir apresenta-se a fórmula e as definições das partes:

$$AWCA_t = WC_t - ((WC_{(t-1)}/S_{(t-1)}) * S_t) \quad (1)$$

Onde :

$AWCA_t$ = Abnormal working capital accruals no ano t (Accruals do capital de giro anormal do ano);

WC_t = Non-cash working capital no ano t;

$WC_{(t-1)}$ = Non-cash working capital no ano t anterior;

S_t = Receita no ano t; e

$S_{(t-1)}$ = Receita no ano t anterior.

O accruals do capital de giro anormal do ano é escalonado pelas vendas ocorridas desse mesmo ano. A análise empírica dos resultados do gerenciamento de resultado focam no valor absoluto do *accruals discretionary*. Quanto maior for o valor, maior é o gerenciamento de resultados.

No Brasil já se desenvolveram estudos de modelação das acumulações discricionárias – tanto modelos genéricos (MARTINEZ, 2001; TUKAMOTO, 2005), quanto modelos de contas específicas (FUJI, 2004) – e estudos de análise da distribuição de frequência (CARDOSO, 2005), bem como um amplo portfólio de modelos (PAULO, 2007).

Este trabalho inova por relacionar uma nova Proxy empírica para o gerenciamento de resultados, nunca antes utilizada no Brasil. A mecânica de concentração no accruals correntes revela-se coerente com o que se almeja neste trabalho. Pretende-se focalizar naquelas discricionariedades mais relacionadas com o curto prazo e que podem ser mais facilmente revertidas, por serem menos controversas.

4.3 Regressão em Dados de Painel

O procedimento de dados de painel trata da conjugação numa mesma regressão tanto da série de tempo quanto da análise em cross section. O método Da Silva assume que o valor observado da variável dependente no t-ésimo tempo e na i-ésima unidade cross-sectional pode ser expressa da seguinte forma

$$y_{it} = \mathbf{x}'_{it}\beta + a_i + b_t + e_{it} \quad i=1,\dots,N, t=1,\dots,T \quad (2)$$

em que:

$\mathbf{x}'_{it} = (x_{it1}, \dots, x_{itp})$ é um vetor de variáveis explicativas ou preditoras no t-ésimo tempo e na i-ésima unidade *cross-sectional*.

$\beta = (\beta_1, \dots, \beta_p)$ é um vetor de parâmetros desconhecidos.

a_i é o efeito de unidade *cross-section* independente do tempo.

b_t é o efeito do tempo invariante na *cross-section*.

e_{it} é o efeito aleatório admitido para as unidades *cross-sections* que não pode ser atribuído as variáveis explicativas nem ao tempo.

Adota-se a seguinte notação matricial para representar o modelo (2)

$$y = \mathbf{X}\beta + \mathbf{u},$$

onde:

$\mathbf{u} = (\mathbf{a} \otimes \mathbf{I}_T) + (\mathbf{I}_N \otimes \mathbf{b}) + \mathbf{e}$, em que $\mathbf{1}_N$ é um vetor de dimensão $(N \times 1)$ cujos elementos são iguais a um e \otimes denota o produto de Kronecker;

$$\mathbf{y} = (y_{11}, \dots, y_{1T}, y_{21}, \dots, y_{NT})'$$

$$\mathbf{X} = (x_{11}, \dots, x_{1T}, x_{21}, \dots, x_{NT})'$$

$$\mathbf{a} = (a_1, \dots, a_N)'$$

$$\mathbf{b} = (b_1, \dots, b_T)'$$

$$\mathbf{e} = (e_{11}, \dots, e_{1T}, e_{21}, \dots, e_{NT})'$$

Os estimadores dos parâmetros do modelo de regressão pelo método Da Silva são obtidos pelo método dos mínimos quadrados generalizados (GLS), para mais detalhes ver Da Silva (1975) e Seely (1970a).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Ao analisar a variável gerenciamento verificou-se que existiam 12 observações com valores extremos, ou seja, valores excessivamente altos em relação às demais observações do conjunto de dados, conforme mostra a Tabela 1 abaixo. Nos anos em que ocorreram estas observações extremas os pareceres apresentados pelos auditores independentes foram todos sem ressalva. Além disso, notou-se que apenas na empresa Aço Altona o auditor independente, Ernest & Young Auditores Independentes S.C., era uma empresa *Big Four*. No ano anterior e posterior ao ano que foi detectado o valor extremo o auditor independente era o mesmo, exceto na empresa Bicicletas Caloi S.A. em que houve uma mudança de auditor no ano anterior ao valor extremo.

Tabela 1. Empresas auditadas que apresentaram valores extremos na análise do cálculo do gerenciamento.

Empresa Auditada	Auditor Independente	Ano	Tempo	Gerenc.
Bicicletas Caloi S.A.	Trevisan Auditores Indep.	2000	3	1,3427
Bicicletas Caloi S.A.	Rodyo's Auditores Indep. S.S.	2004	1	1,6465
Bicicletas Caloi S.A.	Rodyo's Auditores Indep. S.S.	2006	3	1,4667
Bicicletas Caloi S.A.	Rodyo's Auditores Indep. S.S.	2007	4	28,4936
Micheletto	Imer Puerari & Cia Auditores	2006	3	1,0247
Dhb Ind e Comercio S.A.	Imer Puerari & Cia Auditores	2006	3	1,0293
Aço Altona	Ernest & Young Auditores Indep. S.C.	2002	5	2,3290
Docas Investimentos S.A.	Units Auditores Indep.	2001	3	1,7909
J B Duarte	JPPS Auditores Indep. S.S.	2007	2	8,3793
Tectoy	Trevisan Auditores	2002	4	1,0487
Recrusul	DRS – Auditores	2007	2	3,9129
Vulcabras	Etae- Auditores Indep.	2000	3	2,3431

Foi realizada uma análise descritiva com e sem essas observações extremas e os dados mostraram que o valor do gerenciamento da empresa auditada, em média, foi maior quando analisado com os dados extremos. Em termos de dispersão relativa, os valores do gerenciamento

foram mais dispersos quando analisados com os valores extremos, como esperado. O maior e o menor valor observado do gerenciamento foi 28,4936 e 4,3773e-05, respectivamente, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Coeficientes estatísticos referente ao gerenciamento das empresas auditadas, com e sem observações extremas, correspondente aos anos de 1997 a 2007.

	Gerenciamento nas empresas auditadas				
	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Sem Dados Extremos	0,0844	0,0466	4,3773e-05	0,9169	0,1165
Com Dados Extremos	0,1400	0,0475	4,3773e-05	28,4936	0,9766

A Tabela 3 apresenta os resultados dos coeficientes estatísticos referente ao gerenciamento das empresas auditadas, segundo as características selecionadas para o estudo. Observou-se que não há diferença significativa nas conclusões quando os valores extremos estão ou não presentes no conjunto de dados.

Tabela 3. Gerenciamento das empresas auditadas, com e sem os dados discrepantes, segundo as características selecionadas para a pesquisa, no período anos de 1997 a 2007.

	Gerenciamento nas Empresas Auditadas				
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<u>Com Dados Extremos</u>					
Não Houve Troca	0,1528	0,0476	1,0969	4,38x10 ⁻⁰⁵	28,4936
Houve Troca	0,0922	0,0468	0,1543	3,10x10 ⁻⁰⁴	1,6465
Por Rodízio Obrigatório	0,1151	0,0637	0,2180	0,0003	1,6465
Por Rodízio Espontâneo	0,0822	0,0461	0,1159	0,0004	0,8734
Parecer					
Sem Ressalva	0,1459	0,0459	1,0353	4,38x10 ⁻⁰⁵	28,4936
Com Ressalva	0,0926	0,0586	0,1085	6,39x10 ⁻⁰⁴	0,6391
Classificação das Empresas					
Não <i>Big Four</i>	0,2088	0,0575	1,3729	4,38x10 ⁻⁰⁵	28,4936
<i>Big Four</i>	0,0715	0,0411	0,1370	5,63x10 ⁻⁰⁵	2,3290
<u>Sem Dados Extremos</u>					
Não Houve Troca	0,0844	0,0464	0,1185	4,38x10 ⁻⁰⁵	0,9169
Houve Troca	0,0846	0,0467	0,1093	3,10x10 ⁻⁰⁴	0,8734
Por Rodízio Obrigatório	0,0900	0,0635	0,0927	0,0003	0,4071
Por Rodízio Espontâneo	0,0822	0,0461	0,1159	0,0004	0,8734
Parecer					
Sem Ressalva	0,0834	0,0448	0,1175	4,38x10 ⁻⁰⁵	0,9169
Com Ressalva	0,0926	0,0586	0,1085	6,39x10 ⁻⁰⁴	0,6391
Classificação das Empresas					
Não <i>Big Four</i>	0,1025	0,0548	0,1358	4,38x10 ⁻⁰⁵	0,9169
<i>Big Four</i>	0,0668	0,0411	0,0908	5,63x10 ⁻⁰⁵	0,7444

Os resultados revelam também que o valor mediano do gerenciamento de resultado da empresa auditada foi ligeiramente superior na época em que substituiu o auditor independente por motivo do rodízio obrigatório, conforme mostra a Figura 2. Notou-se que o gerenciamento médio das empresas auditadas foi maior quando o auditor não era *Big Four* (0,1025) comparado quando o auditor era *Big Four* (0,0668). Por outro lado, o desvio padrão do gerenciamento da empresa auditada por um auditor *Big Four* foi de 0,0908. Entretanto, esta medida de variabilidade é maior (0,1358) quando a empresa é auditada por um auditor não *Big Four*. Em outras palavras, podemos dizer que os valores dos gerenciamentos são mais dispersos quando a empresa é auditada por um auditor não *Big Four*, conforme mostra também a Figura 3.

Enfim, as análises descritiva e exploratória dos dados mostraram que parece não existir uma relação de associação entre gerenciamento de resultados e as variáveis analisadas anteriormente, exceto com as variáveis gerenciamento e classificação do tipo da auditoria ser ou não uma *Big Four*.

As Figuras de 1 a 3 representam os desenhos esquemáticos da variável gerenciamento das empresas auditadas segundo as características selecionadas para o estudo, correspondente aos anos de 1997 a 2007. Os dados revelaram que os valores medianos, as médias e os desvios padrão do gerenciamento da empresa auditada foram aproximadamente iguais na época em que não houve a troca e quando houve a mudança de auditor, essas informações podem ser verificadas na Figura 1 e na Tabela 3. Registre-se, por pertinente, que para construção das Figuras de 1 a 3 foram retirados os 12 valores extremos, apresentados na Tabela 1, com o gerenciamento entre o valor 1 e 28.

No que diz respeito aos valores atípicos ou discrepantes (valores altos em relação às demais observações do conjunto de dados), os resultados apresentados levam a seguinte conclusão: há uma quantidade maior de valores atípicos referente ao gerenciamento no período que não mudou de auditor independente (Figura 1). O mesmo comportamento foi verificado quando houve mudança de auditor por rodízio espontâneo e quando não existe uma opinião de auditoria com ressalva (parecer sem ressalva), como mostram as Figuras 2 e 3.

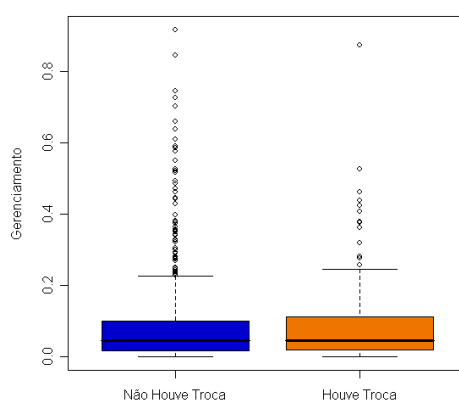


Figura 1. Gerenciamento das empresas auditadas no período que não houve troca e quando ocorreu a troca de auditor independente correspondente aos anos de 1997 a 2007.

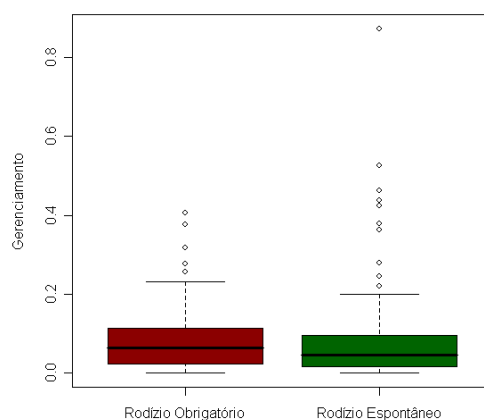


Figura 2. Gerenciamento das empresas auditadas, segundo o motivo da troca de auditor independente, no período entre 1997 a 2007.

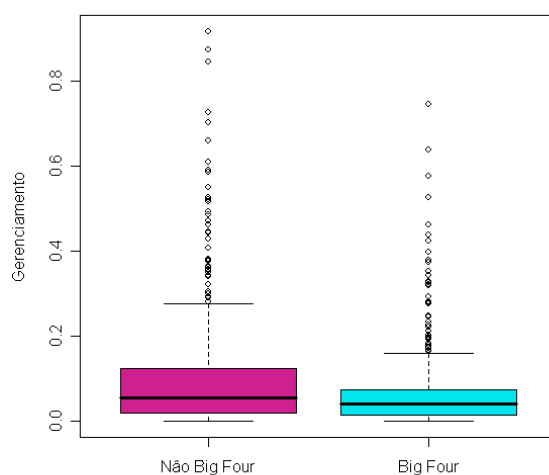


Figura 3. Gerenciamento das empresas auditadas, segundo a classificação dos auditores independentes, no período entre 1997 a 2007.

Análise de Multivariada – Dados de Painel

Inicialmente, foi proposto realizar a modelagem com todas as informações contidas no banco de dados. Entretanto, com o intuito de facilitar a análise do modelo proposto foi reduzido o banco de dados para conter apenas as informações referentes aos dados balanceados (empresas que continham todas as informações no período de 1997 a 2007). Além disso, existiam empresas que continham valores de gerenciamento extremos (valores excessivamente altos em relação às demais observações do conjunto de dados). Tais valores estavam contidos no intervalo [1; 28] e foram removidos sem causar mudanças na importância das preditoras analisadas no modelo. O

tamanho da amostra final foi de 868 observações. Das nove empresas que continham valores extremos algumas delas foram analisadas de forma descritiva separadamente.

O modelo final de regressão para dados de painel é expresso da seguinte forma

$$E(\text{Gerenc}_{it}) = 0,0787 - 0,0122\text{bigf}_{it1} + 0,0109\text{Ro}_{it2} - 0,0028\text{Re}_{it3} - 0,0008\text{tempo}_{it4} + 0,0063\text{parecer}_{it5}$$

$i = 1, \dots, 79; t = 1, \dots, 11,$

em que:

Gerenc_{it} : valor que quantifica em termos relativos o resultado obtido na empresa auditada i no tempo t ;

bigf_{it} : é uma variável binária, que é codificada com o valor 1 se o auditor independente na empresa i no tempo t era classificado como *Big Four* e codificada com o valor 0 se o auditor era não *Big Four*;

Ro_{it} : é uma variável binária, que toma o valor 1 se a empresa i trocou de auditor no tempo t e essa troca foi induzida pelo rodízio obrigatório, e toma o valor 0 se a empresa não trocou de auditor ou se a troca foi induzida pelo rodízio espontâneo;

Re_{it} : é uma variável binária, que é codificada com o valor 1 se a empresa i trocou de auditor no tempo t e essa troca foi induzida pelo rodízio espontâneo, e codificada com o valor 0 se a empresa não trocou de auditor, ou se a troca foi induzida pelo rodízio obrigatório;

tempo_{it} : tempo de relacionamento do auditor independente na empresa i no tempo t , numerados em anos consecutivos de tempo de auditoria pela mesma empresa de auditoria, baseado no ano de emissão do parecer de auditoria.

parecer_{it} : é uma variável binária, que toma o valor 1 se auditor independente na empresa i no tempo t emitiu parecer com ressalva e toma o valor 0 se o auditor emitiu parecer sem ressalva.

Neste modelo proposto, notou-se que apenas a variável *bigf* foi significativa ao nível de 10% (p-valor = 0,078), como mostra a Tabela 4. Observou-se também que o valor do gerenciamento da empresa auditada no ano de 1997 diminuiu, em média, -0,0122 quando o auditor independente é *Big Four* e as variáveis *Ro*, *Re* e *parecer* são codificadas como zero. Por sua vez, o intercepto de 0,0787 representa o gerenciamento esperado no ano de 1997 na empresa auditada quando as variáveis *bigf*, *Ro*, *Re* e *parecer* são codificadas como zero.

Considerando o conjunto das empresas analisadas no período de tempo de 1997 a 2007, verificou-se que a troca do auditor independente por motivo espontâneo ocasiona uma diminuição de -0,0028 no valor médio do gerenciamento. Entretanto, o gerenciamento em média aumenta quando a mudança do auditor é por motivo obrigatório ou quando o parecer apresentado pelo auditor independente é com ressalva. Por outro lado, notou-se que para cada incremento de uma unidade de tempo de relacionamento das empresas de auditoria o valor do gerenciamento diminuiu, em média, -0,0008 quando as variáveis *bigf*, *Ro*, *Re* e *parecer* são codificadas como zero.

Tabela 4 - Estimativas dos parâmetros do modelo de regressão pelo método Da Silva.

Nome da variável	Graus de liberdade	Estimativa	Erro Padrão da estimativa	Valor de T	p-valor
<i>Intercepto</i>	1	0,0787	0,0090	8,72	<,0001
<i>bigf</i>	1	-0,0122	0,0069	-1,76	0,078
<i>Ro</i>	1	0,0109	0,0122	0,89	0,3721
<i>Re</i>	1	-0,0028	0,0088	-0,32	0,7497
<i>tempo</i>	1	-0,0008	0,0022	-0,34	0,7374
<i>parecer</i>	1	0,0063	0,0104	0,61	0,5434

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do estudo foi verificar a relação do rodízio de auditores independentes e se existe ou não impacto no gerenciamento de resultados das empresas auditadas.

Para a pesquisa foi estruturado um banco de dados com as companhias abertas brasileiras (exceto instituições financeiras) que possuem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, obtendo-se as informações financeiras dessas empresas através da utilização do Economática. As informações relativas aos auditores independentes (nome da empresa de auditoria externa, tipo de parecer, e tempo de auditoria) foram obtidas através da compilação dos dados constantes do site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O período de investigação dos dados ocorreu nos anos correspondentes entre 1997 a 2007.

Para alcançar o objetivo de interesse foi realizada uma análise descritiva e exploratória dos dados. Sendo que para a análise empírica e estatística da pesquisa, foi utilizado como Proxy empírica para o gerenciamento, os AWCA – Abnormal Working Capital Accruals de DeFond&Park (2001). Além disso, foi realizada também uma modelagem para dados em painel devido à estrutura do banco de dados que possui dados temporais e *cross sections*.

As análises descritivas e exploratórias dos dados mostraram não existe uma relação de associação entre a prática de gerenciamento e as seguintes variáveis: troca da empresa de auditoria, motivo da troca da empresa de auditoria (rodízio obrigatório ou rodízio espontâneo) e tipo de parecer (com ou sem ressalva). Entretanto, restou claro que ocorre uma relação entre as variáveis gerenciamento e classificação do tipo da auditoria ser ou não uma *Big Four*.

No modelo de regressão para dados de painel que foi proposto, notou-se que o valor do gerenciamento da empresa auditada no ano de 1997 diminui, em média, -0,0122 quando o auditor independente era *Big Four* e os pareceres emitidos pelos auditores foram sem ressalvas e, nas empresas auditadas não houve trocas de auditores. Por sua vez, o intercepto de 0,0787 representa o gerenciamento esperado no ano de 1997 nas empresas auditadas quando o auditor independente era não *Big Four*, os pareceres emitidos pelos auditores foram sem ressalvas e nas empresas auditadas não houve trocas de auditores.

Considerando o conjunto das empresas analisadas no período de tempo de 1997 a 2007, verificou-se que a troca do auditor independente por motivo espontâneo ocasiona uma

diminuição de -0,0028 no valor médio do gerenciamento. Entretanto, o gerenciamento em média aumenta quando a mudança do auditor é por motivo obrigatório ou quando o parecer apresentado pelo auditor independente é com ressalva. Por outro lado, notou-se que para cada incremento de uma unidade de tempo de relacionamento das empresas de auditoria o valor do gerenciamento diminui, em média, -0,0008 quando o auditor independente era não *Big Four*, os pareceres apresentados pelos auditores foram sem ressalvas e nas empresas auditadas não houve trocas de auditores.

Entre possíveis melhorias para esta pesquisa, cabe a incorporação de outros modelos de avaliação de gerenciamento de resultados, para dar maior robustez as pesquisas. Particularmente aqueles orientados para captar os accruals não correntes.

Outro fator crítico que influencia a análise dos resultados e o estabelecimento das conclusões é a heterogeneidade da amostra; composta por empresas comerciais de todos os setores. As limitações citadas podem enviesar os resultados encontrados, por isso a análise tem caráter informativo e, portanto os resultados podem ser contestados.

Referências

ALMEIDA, José Elias Feres de; ALMEIDA, Juan Carlos Goes de; **Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas de capital aberto auditadas pelas Big Four e demais firmas de auditoria.** *Revista de Contabilidade e Finanças*. São Paulo: 2009.

ASSUNÇÃO, Juliano; CARRASCO, Vinícius. **Avaliação da Rotatividade dos Auditores Independentes**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

BEASLEY, M. S.; PETRONI, K. Board independence and audit firm type. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v.20, n.1, p. 97-114, march, 2001.

BECKER, C. L.; DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J.; SUBRAMANYAM, K. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary Accounting Research**, v.15, Spring, p. 1-24, 1998.

BOYNTON, William C; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. 7 ed.. São Paulo: Atlas, 2002.

CARDOSO, Ricardo L. **Regulação econômica e escolhas de práticas contábeis: evidências no mercado de saúde suplementar brasileiro**. (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. 155p.

COSTA, Fábio Moraes; AZEVEDO, Filipe. **Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras**. Disponível em: <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoII/02/CUE373.pdf> Acesso em: 13.07.2009.

DA SILVA, J. G. C. **The analysis of cross-sectional time series data**, 1975. Dissertation (PHD em Statistics) Department of Statistics, North Carolina State University, Carolina, 1975.

DEANGELO, L. **Auditor size and auditor quality**. *Journal of Accounting and Economics*, v.3, p. 183-199, dec. 1981.

- DEFOND, M.; PARK, C. **The reversal of abnormal accruals and the market valuation of earnings surprises**. *The Accounting Review*, v. 76, n. 3, p. 375-404, 2001.
- FAMA, Eugene F. ; JENSEN, Michael C. Separation of Ownership and Control. **Journal of Law and Economics**. 1983.
- FUJI, Alessandra H. **Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil**. (Mestrado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 133 p.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H.. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**. 1976.
- MARTINEZ L., Antônio. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- NELSON, Mark W.; ELLIOTT, John A.; TARPLEY, Robin L. Evidence from auditors about managers' and auditors' earnings management decisions. **The accounting review**, v.77, 2002.
- OLIVEIRA, Alexandre Queiroz. **O Rodízio de Firms de Auditoria e seus impactos nas Demonstrações Contábeis**. Dissertação de conclusão de curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. PUC-SP. São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. **Rodízio de Firms de Auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado**. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 91 – 100, set./dez. 2007
- PAULO, Edilson. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 2007. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SEELY, J. Linear Spaces and Unbiased Estimation. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 41, p.1725-1734, 1970a.
- SEELY, J. Linear Spaces and Unbiased Estimation - Application to the Mixed Linear Model, **Annals of Mathematical Statistics**, v. 41, p. 1735-1748. 1970b.
- TUKAMOTO, Yhurika Sandra. **Contribuição ao estudo do “gerenciamento” de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não emissoras de ADRs**. (Mestrado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.